



## CPI decide até quinta-feira se convoca governador de Goiás



A portas fechadas, a audiência da CPI ouve depoimento do delegado da Polícia Federal Mela Rodrigues

Expectativa é de que na próxima semana seja analisada a convocação de Marconi Perillo, citado mais de 230 vezes em telefonemas de Cachoeira

**E**m depoimento prestado ontem, a portas fechadas, à CPI do Cachoeira, o delegado da Polícia Federal Matheus Mela Rodrigues disse que, além dos telefonemas, pesa sobre o governador o fato de que R\$ 500 mil teriam sido entregues a um assessor especial de Marconi na sede do governo goiano. O delegado também deu detalhes sobre a venda da casa de Marconi a Cachoeira por R\$ 1,4 milhão. **4 e 5**

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ABr

### Subcomissão fará audiências para conhecer motivos das altas taxas de homicídios 3



Jane de Araújo/Agência Senado

Gonçaves (E) e Gilson Dipp, do grupo de juristas que analisa o Código Penal

**Lei brasileira poderá valer para crime contra vice-presidente no exterior 3**

#### Senadores se mobilizam por piso dos professores

Grupo da Comissão de Educação pediu envio de representação ao STF para que lei seja cumprida em todo o país. **2**



Gerardo Magela/Agência Senado

Humberto Costa (E) e Antonio Carlos Valadares apresentam cronograma

**Conselho de Ética: Cachoeira depõe dia 23 e Demóstenes dia 28 5**



Gerardo Magela/Agência Senado

Eloi Ferreira, da Fundação Palmares, e Paulo Paim (D) debatem na CDH estratégias jurídicas de combate à discriminação

#### CCJ vota cotas para aluno de escola pública

Projeto que reserva ao menos metade das vagas de universidades públicas e colégios técnicos federais para quem vem de

escolas públicas deve ser votado na CCJ. Segundo a relatora, Ana Rita, a votação aguardou a decisão do STF sobre cotas raciais. **2**



Márcio Kiume/Agência Senado

O ministro das Relações Exteriores (E) e Fernando Collor em debate na CRE

**Para Patriota, Brasil tem "obrigação de ser ambicioso" quanto à Rio+20 7**

### O senador e o eleitor leem

JORNAL DO SENADO  
**17**anos

**Descarte de medicamento vencido é inadequado 6**

**Produtores pedem limite a royalties de transgênicos 7**

Grupo da Comissão de Educação pediu à Procuradoria-Geral da República que envie representação ao Supremo para que lei seja cumprida por todos os estados e municípios

# Senadores se mobilizam por piso do magistério

DIANTE DO NÚMERO crescente de estados e municípios que não cumprem o piso salarial dos professores, um grupo de trabalho da Comissão de Educação, formado por cinco senadores, resolveu se mobilizar para exigir o cumprimento da Lei 11.738/08, que fixa o valor mínimo para o pagamento dos profissionais do magistério em todo o país.

Anteontem, em reunião com o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, os senadores solicitaram que o Ministério Público encaminhe uma representação ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que a lei seja cumprida.

O último levantamento da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), concluído em março, mostra que 17 estados (das 27 unidades da Federação) descumprem a determinação legal de pagamento do piso, atualmente de R\$ 1.451, aos que iniciam a carreira e aos professores que têm nível médio (*veja quadro ao lado*).

A Paraíba editou uma medida provisória no final de março que fixa o valor mínimo dos professores em R\$ 1.088,26. A decisão foi alvo de severas críticas de Cícero Lucena (PSDB-PB) em pronunciamento no Plenário.

Para o senador, essa medida (MP 193) reduz os salários da categoria e desrespeita as progressões do plano de carreira sancionado pelo ex-governador e hoje senador Cássio Cunha



Roberto Gurgel (2º à esq.) recebe os senadores Cássio Cunha Lima, Ana Amélia, Cícero Lucena e Pedro Taques

Lima (PSDB-PB), que também participa do grupo de trabalho da Comissão de Educação.

— A Paraíba foi surpreendida por um ato ditatorial do governo, mais um golpe de morte na educação pública — protestou Cícero, citando o fechamento de quase 200 escolas estaduais e a tentativa de quebrar a autonomia financeira e sucatear a infraestrutura da Universidade Estadual da Paraíba.

Também fazem parte do grupo da Comissão de Educação Cristovam Buarque (PDT-DF), Ana Amélia (PP-RS) e Pedro Taques (PDT-MT).

## Gratificações

Alguns estados, segundo a secretária-geral da CNTE, Marta Vanelli, querem pagar o piso para os professores que têm nível superior, como é o caso da Paraíba. Outros, como Santa

Catarina, onde os professores encerraram greve na última terça-feira, querem incluir as gratificações no valor mínimo pago ao magistério.

Essas manobras, segundo Marta, configuram descumprimento da lei do piso, que teve origem em projeto de lei de Cristovam Buarque.

A iniciativa do grupo de senadores de pedir a intervenção do Ministério Público, conforme requerimento de Cunha Lima aprovado pela Comissão de Educação, pode produzir resultados positivos, na avaliação de Cícero Lucena.

Ao **Jornal do Senado**, ele disse que os senadores saíram da reunião com o entendimento de que o procurador-geral deverá concluir pela representação ao Supremo.

— Não é garantia. É uma avaliação — ponderou.

O procurador informou, ainda segundo o senador, que a possibilidade de entrar com uma reclamação no Supremo já vinha sendo estudada. Relatou ainda que o MP arquivou um pedido de representação feito pela Confederação Nacional de Municípios, que reivindica a flexibilização do piso.

Nessa queda de braço entre governantes e professores, o Supremo se posicionou pela constitucionalidade da lei em abril do ano passado, quando julgou a ação declaratória de inconstitucionalidade proposta pelos governos de Ceará, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Para Cristovam, uma saída para estados e municípios que não conseguem pagar o piso seria a intervenção do governo federal, que assumiria a gestão financeira da rede escolar.

## O piso pelo Brasil

A seguir, os salários mínimos que os estados pagam aos professores:

	não cumpre o piso	cumpre o piso
AC	R\$ 890	
AL	R\$ 1.187	
AM	sem informação	
AP	R\$ 1.085	
BA	R\$ 1.187,98	
CE	R\$ 1.270,09	
DF	R\$ 1.777,61	
ES	R\$ 510,05	
GO	R\$ 1.460	
MA*	R\$ 725,81	
MG	R\$ 369	
MS	R\$ 1.489,67	
MT	R\$ 1.312	
PA	R\$ 1.451	
PB	R\$ 1.088,26	
PE	R\$ 1.451	
PI	R\$ 1.187	
PR	R\$ 611,81	
RO	R\$ 943,21	
RN	R\$ 890,62	
RJ	sem informação	
RR	R\$ 1.399,64	
RS	R\$ 434,45	
SC	R\$ 1.234,48	
SE	R\$ 1.187	
SP	R\$ 1.718,02	
TO	R\$ 1.329	

\* O valor refere-se a 20 horas

Fonte: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)

## CCJ vota cotas para alunos de escolas públicas

O projeto de lei que reserva pelo menos metade das vagas das universidades públicas e escolas técnicas federais para alunos oriundos de escolas públicas (PLC 180/08) poderá ser votado na próxima reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A relatora, Ana Rita (PT-ES), explica que a votação só esperava a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre cotas para negros em universidades públicas.

A senadora participou ontem de audiência que discutiu na Comissão de Direitos Humanos (CDH) as estratégias jurídicas de combate à discriminação

e de promoção da igualdade racial. Ela solicitou que a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) peça “sinal verde” da Casa Civil para aprovação.

Ana Rita disse que ainda há dúvidas entre os senadores, apesar de o projeto já ter sido debatido em audiências. Ela informou que terça-feira seu parecer será comparado com a decisão do STF, que considerou constitucional o sistema de cotas raciais em universidades.

A Seppir está desenvolvendo programas para combater a discriminação racial, informou Carlos Alberto de Souza e Silva

Junior, que representou o órgão. São quatro eixos de atuação: educação, trabalho, cultura e comunicação.

Para o secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos da Bahia, Almiro Sena, o Estatuto da Igualdade Racial é uma peça jurídica completa, que não exigiria nenhuma outra lei para promover ações justas.

O representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), Arilson Ventura, pediu que o STF declare a constitucionalidade do Decreto 4.887/03, sobre terras ocupadas por quilombos.



Paulo Paim (C) coordena debate sobre promoção da igualdade racial na Comissão de Direitos Humanos

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO: Discursos

9h Na sessão de hoje não haverá votação de matérias. Entre os primeiros oradores inscritos, está o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

### CÓDIGO PENAL: Crimes cibernéticos

9h Reunião da comissão de juristas instituída pelo presidente do Senado para elaborar o anteprojeto de lei do novo Código Penal. A comissão vai deliberar sobre crimes cibernéticos, contra a relação de consumo, de interceptação telefônica e de lavagem de dinheiro.

### PACTO FEDERATIVO: Administração

9h30 Reunião administrativa da Comissão Especial Externa do Sistema Federativo, no miniauditório do Interlegis.

### CPI DA MULHER: Lei Maria da Penha

14h Audiência pública da CPI mista que investiga a violência contra a mulher, na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, para debater situações de violência doméstica e a aplicação da Lei Maria da Penha. Entre os participantes da audiência, o presidente do Tribunal de Justiça do estado, Pedro Valls Feu Rosa.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



## TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

## Subcomissão quer conhecer motivos das altas taxas de homicídios no país

Como num país sem guerras civis ou enfrentamentos religiosos, raciais ou étnicos morreram mais pessoas — 192.804, no período de 2004 a 2007 — do que nos 12 maiores conflitos armados então existentes no mundo? E como colocar em prática políticas públicas que possam reduzir o problema a padrões civilizados? Para responder a essas questões, a Subcomissão Permanente de Segurança Pública aprovou ontem requerimento de Pedro Taques (PDT-MT) para realização de audiência pública com especialistas no assunto.

Por sugestão dos senadores Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e Armando Monteiro (PTB-PE), devem ser convidadas também autoridades de segurança pública que obtiveram êxito no combate à criminalidade.

Pedro Taques disse que o objetivo é reconhecer os “entraves legislativos” que podem ser sanados de forma a colaborar com a resposta eficiente do Estado à violência. Para fazer isso, afirmou, é preciso conhecer o trabalho e a experiência dos agentes

que atuam na investigação e na ação penal dos crimes de homicídio.

O parlamentar citou dados do *Mapa da Violência 2012*, que aponta uma média de 26 homicídios por 100 mil habitantes no país e a ocorrência de 538.324 homicídios na primeira década do novo milênio.

— Esse grave mal demanda a superação de uma série de desafios: elucidação dos casos, papel da polícia, legislação penal adequada, articulação integrada dos sistemas de segurança pública, compreensão das razões sociológicas da criminalidade, dentre outras medidas necessárias para a concretização de políticas públicas que possam, efetivamente, diminuir o problema a padrões civilizados — disse Pedro Taques.

A subcomissão aprovou também audiência que irá receber e debater propostas para elaboração de projeto regulamentando dispositivo constitucional sobre a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública.

A Subcomissão Permanente de Segurança Pública atua no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).



Taques e Aloysio, um dos autores do convite a autoridades de segurança que obtiveram êxito no combate à violência

Marcio Kallume/Agência Senado

## Condenado que comete falta grave pode perder direito a liberdade condicional

A Subcomissão Permanente de Segurança Pública aprovou ontem uma proposta que interrompe o período aquisitivo do livramento condicional para o preso que cometer falta grave.

O projeto (PLS 51/09), de autoria de Demóstenes Torres (sem partido-GO), será examinado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Se aprovada, a proposta seguirá para exame da

Câmara dos Deputados caso não haja recurso para exame pelo Plenário do Senado.

Em seu relatório, Pedro Taques considerou a proposta importante diante da controvérsia na jurisprudência brasileira sobre o assunto.

Para o relator, o cometimento de falta grave, durante o período de aquisição do benefício, demonstra a impropriedade de retorno do preso ao convívio social.

Comissão de juristas propõe que crimes cometidos no exterior contra pessoas da linha sucessória presidencial sejam julgados segundo lei brasileira; hoje, isso se aplica só a crimes contra o presidente



Reunião da comissão de juristas instituída pelo presidente do Senado, José Sarney: propostas para o Código Penal

Jane de Araújo/Agência Senado

## Grupo debate crime contra vice-presidente no exterior

A APLICAÇÃO DA lei brasileira no caso de crimes contra o presidente da República, mesmo quando cometidos fora do país, deve ser estendida a todos os ocupantes de cargos que integram a linha sucessória: o vice-presidente, os presidentes da Câmara e do Senado e o presidente do Supremo Tribunal Federal.

A inovação foi aprovada ontem pela comissão de juristas designada pelo presidente do Senado, José Sarney, para elaborar um anteprojeto de reforma do Código Penal.

Os juristas trataram ontem da parte geral, que inclui princípios gerais, interpretação e aplicação das normas penais.

— O objetivo foi atualizar o texto, incorporando a doutrina e jurisprudência dos tribunais superiores — explicou o procurador Luiz Carlos Gonçalves, relator da comissão.

Os juristas também ampliaram a abrangência dos delitos, para determinar que a lei brasileira seja aplicada não apenas nos casos de crimes contra a vida ou a liberdade do presidente ou dos que ocupem a linha sucessória quando se encontrarem no exterior, como estabelece o código vigente.

Pelo novo texto, serão enquadrados os crimes que “ofendam de qualquer modo

a vida ou a liberdade” deles.

— Por exemplo, o latrocínio não é crime contra a vida nos termos do Código Penal. É um crime contra o patrimônio. Com a nova redação, esse crime passa a ser também compreendido — disse o relator.

### Ordem democrática

Os juristas sugerem incluir entre os crimes extraterritoriais sujeitos à lei brasileira os que objetivam lesar ou expor a risco a ordem constitucional e democrática.

Como no caso dos crimes contra o presidente e sucessores, esses delitos são incondicionados: o processo será levado adiante mesmo se o agente não se encontrar no Brasil ou se o ato não for considerado crime no país onde foi praticado.

Os crimes extraterritoriais contra a administração, o patrimônio ou a fé pública da União, no entanto, passam a ter outro tratamento: ficam na dependência do ingresso do autor do delito no Brasil.

### JURISTAS DISCUTEM MILÍCIAS EM REUNIÃO DE HOJE

Os juristas retomarão hoje os trabalhos e examinarão de novos pontos. Embora estivesse na agenda de ontem, a proposta para a criminalização das milícias ficou para a nova reunião.

### Ante conflito de normas, juiz adotará a mais específica

Uma proposta aprovada pelos juristas deixa claro que, diante de um conflito de normas, o juiz deverá observar a mais específica.

Diante de um infanticídio, por exemplo, o magistrado usará as regras penais para esse tipo de crime em vez das normas para o homicídio, de natureza mais genérica.

Um dos pontos mais debatidos foi o procedimento a ser adotado pelo juiz diante de um caso quando começar a vigorar uma lei nova apenas parcialmente mais favorável ao réu. A Constituição determina que se aplique retroativamente a lei penal nova mais favorável, mas persiste a lacuna diante de uma lei nova benéfica apenas em parte. Prevaleceu a tese de que o juiz poderá combinar a lei anterior e a nova em favor do acusado.

— Hoje, o próprio Supremo está dividido entre duas posições: aplicar globalmente a lei nova ou a lei globalmente mais favorável ou ainda trechos de uma e de outra lei. Combinar leis foi a solução aprovada — disse o relator da comissão.

## Dipp integrará Comissão da Verdade

O presidente da comissão de juristas que elabora anteprojeto do Código Penal, Gilson Dipp, foi indicado ontem pela presidente Dilma Rousseff um dos sete integrantes da Comissão da Verdade.

Dipp, que é ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), atuará ao lado do ex-ministro da Justiça José Carlos Dias, da advogada Rosa Maria Cardoso da Cunha,

do ex-procurador-geral da República Cláudio Fonteles, do diplomata Paulo Sérgio Pinheiro, da psicanalista Maria Rita Kehl e do jurista José Paulo Cavalcanti Filho.

Os nomes foram escolhidos por Dilma a partir de critérios como conduta ética e atuação em defesa dos direitos humanos. O convite foi feito pessoalmente pela presidente, que recebeu os sete em audiências

no Palácio do Planalto. Ainda não há definição sobre quem presidirá o colegiado.

A Comissão da Verdade será instalada em 16 de maio e vai apurar violações aos direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988. O grupo terá dois anos para ouvir depoimentos e analisar documentos com o objetivo de esclarecer violações de direitos, sem caráter punitivo. (Agência Brasil)

## Jayme Campos defende fundo para mulher vítima de violência

Jayme Campos (DEM-MT) pediu o apoio dos colegas para acelerar a tramitação de projeto de sua autoria que cria um fundo para amparar mulheres agredidas.

O PLS 109/12 estabelece auxílio pecuniário e treinamento profissional para mulheres que, em razão da violência doméstica, separaram-se de seus companheiros.

— Conclamo meus pares para acelerar a tramitação dessa proposta, no sentido de contribuirmos para a diminuição dessa verdadeira tragédia — disse o senador,

em referência ao grande número de mulheres vítimas de violência no Brasil.

O projeto está na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Jayme Campos citou dados do *Mapa da Violência 2012*, que colocam o Brasil na sétima posição no ranking mundial da violência contra a mulher. Segundo ele, enquanto os homens são vítimas nas ruas, as mulheres são vítimas em casa.

— As mulheres sucumbem em seus próprios lares, vítimas de quem, na verdade, deveria protegê-las.

## Lopes pede que deficiente tenha prioridade em fila de precatório

Eduardo Lopes (PRB-RI) defendeu prioridade para portadores de deficiência e mulheres arrimo de família no recebimento de dívidas de precatórios. A Constituição



Eduardo Lopes

deficiência e às mulheres chefes de família, o senador apresentou uma proposta de emenda à Constituição.

— Não tenho dúvida de que nesse lote esta-

rão pessoas com a sobrevivência comprometida, que, após amargarem os morosos trâmites judiciais, decerto se submeterão a negociações desfavoráveis, para receberem à vista e prioritariamente parte do que lhes foi reconhecido como de direito por sentença.



Ana Amélia: "Melhor churrasco"

## Ana Amélia lembra 131 anos de Lagoa Vermelha, sua cidade

Os 131 anos de Lagoa Vermelha (RS), comemorados ontem, foram registrados no Plenário por Ana Amélia (PP-RS), nascida na cidade.

— A união das lideranças políticas, sociais e culturais leva a cidade hoje a ocupar um lugar de destaque na agropecuária e no setor moveleiro — afirmou a parlamentar.

A senadora falou ainda da Festa Nacional do Churrasco, que a cidade promove anualmente, e que terá sua décima edição em janeiro do ano que vem. Ela disse que é de Lagoa Vermelha "o melhor churrasco não só do Brasil, mas de todo o mundo".



Renan: primórdios em 1712

## Renan conta origem, 300 anos atrás, da Justiça alagoana

Renan Calheiros (PMDB-AL) lembrou no Plenário o 300º aniversário da Justiça alagoana. Segundo o senador, em maio de 1712, o ouvidor-geral José da Cunha Soares passou a administrar a vida judiciária na então comarca de Alagoas.

Renan argumentou que, em Alagoas, o papel da Justiça na proteção dos direitos ganha maior destaque, visto tratar-se de uma região das mais pobres do país.

— Alagoas, que ainda enfrenta muitos desafios para superar mazelas sociais, tem no seu Poder Judiciário uma instância de defesa dos interesses dos mais fragilizados.

# CPI do Cachoeira deve votar até dia 17 convocação do governador de Goiás

Depoimento de delegado da Polícia Federal revela relação próxima de Marconi Perillo com o contraventor, segundo senadores. Governador do Distrito Federal também pode ser chamado pela CPI

O NOME DO governador de Goiás, Marconi Perillo, foi citado mais de 230 vezes nas gravações telefônicas do contraventor Carlos Cachoeira interceptadas pela Polícia Federal. A informação foi dada ontem à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) Mista do Cachoeira pelo delegado da PF Matheus Mela Rodrigues, segundo o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). O relator da CPI, deputado Odair Cunha (PT-MG), espera que até a quinta-feira, dia 17, seja votada pela CPI a convocação do governador.

O delegado, responsável pela Operação Monte Carlo, teria informado ainda que uma caixa de computador contendo R\$ 500 mil foi entregue a um assessor especial de Marconi na sede do governo goiano, segundo o deputado Paulo Teixeira (PT-SP). Teixeira disse também que o delegado deu detalhes sobre a venda de uma casa do governador para o contraventor: dois cheques de R\$ 400 mil e um de R\$ 600 mil, pagos por Leonardo de Almeida Ramos, sobrinho de Cachoeira. Foi nesta casa que a PF prendeu o contraventor, em fevereiro.

Por meio de nota, Marconi alegou que as menções ao seu nome nas gravações não



O senador Vital do Rêgo e o deputado Odair Cunha, presidente e relator da CPI, conduzem os trabalhos da audiência em que Randolfe Rodrigues cobrou a convocação do governador Marconi Perillo

podem servir de base para conclusões precipitadas. No texto, o governador reafirma que jamais admitiu tentativa alguma de influência dos investigados em seu governo e afirma que o depoimento de ontem não traz fato novo.

O próprio relator da CPI alertou que é preciso cautela para que não haja injustiças. — Não vamos deixar produzir generalizações. Queremos identificar quem contribuiu com a organização criminosa e qual foi o nível — afirmou Cunha, lembrando que o Distrito Federal e outros estados também foram mencionados.

### Mesadas

Randolfe deixou a audiência convencido da necessidade do depoimento de Marconi e de agentes públicos de Goiás. Entre as irregularidades, haveria uma cota de nomeações no Detran de Goiás, e o procurador-geral do estado, Ronald Bicca, atuaria como "advogado" de Cachoeira.

— Em alguns casos, há indícios de pagamento de mesadas para secretários do governo do estado de Goiás — disse Randolfe.

A PF gravou diálogos do próprio governador com Cachoeira e identificou dois encontros entre eles, inclusive um em um jantar na casa do senador Demóstenes Torres (sem partido-GO), que está respondendo a processo no Conselho de Ética por quebra de decoro devido a suas relações com o contraventor.

O senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) disse considerar que o PT busca usar a CPI para atingir o governador de Goiás, Marconi Perillo, o procurador geral da República, Roberto Gurgel, e o jornalista Policarpo Júnior, da revista *Véja*.

— Não podemos confundir uma investigação que está em curso com o jogo político que o PT quer fazer, transformando a CPI num espaço que não é o adequado para vinditas, para vinganças e

para embate eleitoral — disse o senador.

Já na opinião de Randolfe, também merece investigação a relação de Cachoeira com Wilder Moraes, secretário estadual de Infraestrutura e suplente de Demóstenes.

### Delta

Para Randolfe, os dados apurados tornam indispensável a presença na CPI dos sócios da Delta, especialmente Fernando Cavendish, Heraldo Puccini Neto e Carlos Pacheco.

— É impossível uma empresa como a Delta ter uma de suas setoriais tão envolvida com a organização de Cachoeira, ter Cláudio Abreu na condição de sócio de Cachoeira, ter o mesmo tesoureiro de Cachoeira, e o conjunto da empresa não ter conhecimento dessas movimentações — afirmou. Randolfe também protestou contra a operação de venda da Delta durante o curso das investigações, situação agravada pelo fato



## Presença de advogados causa polêmica

A presença de advogados na sessão secreta da CPI do Cachoeira que ouviu o delegado da PF Matheus Mela Rodrigues foi duramente criticada pelos senadores Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Kátia Abreu (PSD-TO). Segundo Cunha Lima, acompanhavam a reunião representantes do contraventor Carlinhos Cachoeira, do senador Demóstenes Torres e do ex-diretor da construtora Delta, Cláudio Abreu.

O senador manifestou sua indignação com o fato de a decisão de permitir a presença dos advogados ter sido tomada "monocraticamente" pelo presidente da CPI, senador Vital do Rêgo (PMDB-PR), sem conhecimento dos membros da comissão.

— É um absurdo. O objetivo da reunião secreta é fazer perguntas aos delegados e procuradores sem dar chance de informações privilegiadas à defesa — protestou.

O relator da CPI, deputado Odair Cunha (PT-MG), disse que os advogados estão amparados constitucionalmente para acompanhar os depoimentos e que o senador Vital do Rêgo "tem essa autonomia".

Para Kátia Abreu, a presença dos advogados permite que eles se preparem antecipadamente para oitiva dos seus clientes. Ela lembrou ainda que eles também acompanharam o depoimento do delegado Raul Alexandre Marques de Souza, anteontem.



Valadares (E) e Humberto Costa apresentam o cronograma definido: Cachoeira depõe no dia 23, Demóstenes dia 28

## Depoimentos ao Conselho de Ética começam dia 15

Após a instauração de processo por quebra de decoro contra Demóstenes Torres (sem partido-GO), o Conselho de Ética aprovou ontem 12 requerimentos. Entre eles, um para depoimento do contraventor Carlos Augusto Ramos, o Cachoeira, no dia 23, às 14h, e outro para ouvir o senador no dia 28, às 18h.

Antes, os delegados Raul Alexandre Marques de Souza, responsável pela Operação Vegas da Polícia Federal, e Matheus Mela Rodrigues, responsável pela Operação Monte Carlo, irão depor no dia 15, às 9h. Na quarta-feira, será a vez de os conselheiros ouvirem os dois procuradores envolvidos na Operação Monte Carlo: Daniel de Resende Salgado e Léa Batista de Oliveira.

O relator do processo, Humberto Costa (PT-PE), acredita que, com o cronograma acertado, seja possível finalizar o processo no conselho até o final de junho. — Vou fazer todo o esforço para que o Plenário possa votar no arquivamento do processo ou pela punição do senador antes do recesso — disse.

Segundo o presidente do conselho, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), as reuniões com delegados e procuradores deverão ser fechadas a exemplo do ocorrido na CPI mista que investiga as relações de Carlinhos Cachoeira com agentes públicos e privados.

— Em princípio, serão reuniões fechadas, mas vamos consultar os procuradores e delegados e ver se o desejo deles é esse. Se for, vamos cumprir a fim de não prejudicá-los em suas funções — ressaltou.

A pedido do advogado de Demóstenes, Antônio Carlos de Almeida Castro, será ouvido como testemunha o advogado Ruy Cruvinel.

Ele teria sido citado em escuta da Polícia Federal por manter suposta ligação com o esquema desmontado com a prisão de Cachoeira. A oitiva foi marcada para o dia 22, às 9h.

### Perito em áudio

Durante a reunião de ontem, Valadares leu pedido de Demóstenes para trazer um perito técnico que possa avaliar os áudios das escutas telefônicas do inquérito sobre Cachoeira. Humberto Costa considerou que o pedido é improcedente.

— Não temos essa obrigação no Conselho de Ética. Aqui, não se trata de um processo judicial, é um julgamento político — disse.

### Cronograma

15/5 (terça) 9h	delegados da Polícia Federal <b>Matheus Mela Rodrigues</b> e <b>Raul Alexandre Marques de Souza</b>
16/5 (quarta) 14h	procuradora federal <b>Léa Batista de Oliveira</b> e o procurador federal <b>Daniel de Resende Salgado</b>
22/5 (terça) 9h	advogado <b>Ruy Cruvinel Neto</b> , testemunha indicada na defesa prévia do senador Demóstenes Torres
23/5 (quarta) 14h	<b>Carlos Cachoeira</b> , testemunha indicada na defesa prévia do senador Demóstenes Torres
28/5 (segunda) 18h	senador <b>Demóstenes Torres</b>

## Ação de Demóstenes na Anvisa será investigada

O Conselho de Ética também aprovou ontem pedido de informação à Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa) sobre reuniões de Demóstenes Torres com funcionários da instituição, além da lista de acompanhantes do parlamentar aos encontros.

Diálogos interceptados pela Polícia Federal apontam indícios de prática de lobby por parte de Demóstenes para que o laboratório Vitapan, de Carlos Cachoeira, obtivesse licenças de medicamentos e renovações.

À Presidência do Senado, Humberto pediu informações sobre eventuais registros de entrada e movimentações de Carlinhos Cachoeira, Gleyb Ferreira da Cruz,

Giovani Pereira da Silva e Idalberto Matias de Araújo nas dependências do Senado, entre 1º de fevereiro de 2003 e 6 de março de 2012.

Outro requerimento à Presidência da Casa busca informações sobre a relação de servidores comissionados dos gabinetes de Demóstenes e da liderança do Democratas, no período em que o senador exerceu o cargo de líder do partido.

O Conselho de Ética aceitou requerimentos que pedem as prestações de contas de Demóstenes Torres nas três últimas eleições, cópia do imposto de renda e registro do uso de táxi-aéreo. O acesso aos áudios dos telefonemas entre o

senador e Cachoeira, já em poder da CPI, também será requisitado.

Segundo Humberto, essas informações, juntamente com os depoimentos na CPI, darão mais substância ao relatório final, que ele pretende apresentar neste semestre.

— O senador Demóstenes defendeu, em discurso, que sua relação com Cachoeira era meramente de amizade. E essas informações podem caracterizar que essas relações não se restringem a uma relação de amizade, como os indícios apontam.

As eventuais punições a Demóstenes no conselho podem variar de uma advertência à perda do mandato.

## Convocação de Gurgel pela CPI ainda não tem consenso

Os parlamentares ainda estão divididos quanto à convocação do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, pela CPI do Cachoeira, para explicar por que não pediu abertura de inquérito, em 2009, quando recebeu relatório da Polícia Federal sobre os resultados da Operação Vegas.

Contrário ao comparecimento, o líder do PSDB no Senado, Alvaro Dias (PR) destacou que o procurador-geral "já respondeu pela imprensa" e que "não há nenhuma razão para convocá-lo", uma vez que Gurgel "está cumprindo o seu dever".

— Se não cumprisse, Cachoeira não estaria preso, e essa CPI não existiria — afirmou.

O senador disse que cabe a Gurgel denunciar "os criminosos que estão sendo investigados", e não ser ele

o próprio investigado ou testemunha.

— Portanto, nós temos que respeitar a instituição Ministério Público, preservar o procurador, que será responsável pela denúncia dos criminosos que forem

apanhados pela CPI — afirmou o parlamentar.

### Por escrito

Já o relator, Odair Cunha, ressaltou que qualquer cidadão investido de poder público precisa prestar

esclarecimentos ao Poder Legislativo.

Neste caso, no entanto, explicou Odair, o procurador-geral da República pode escolher a forma de das explicações à CPI. Elas poderão ser prestadas oralmente ou por escrito.

O deputado também minimizou os sinais de que há uma crise entre a CPI e Gurgel.

— Não há crise nas nossas relações com o Ministério Público. Essa é uma instituição do Estado democrático que precisa ser fortalecida. Tratamos de questões substantivas. Questões adjetivas não nos interessam.



Para Alvaro (D), Gurgel está cumprindo dever e não há razões para transformá-lo em testemunha ou investigado

Logística reversa poderia ser uma saída, mas números imprecisos sobre quantidade gerada a cada ano dificultam implantação do sistema

# Debate mostra que destinação de remédios vencidos desafia o país

O DESCARTE DE medicamentos vencidos continua sendo feito de forma inadequada no país. A deficiência, que impõe riscos ao meio ambiente e à saúde pública, foi reconhecida em debate realizado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

De acordo com o diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) Jaime Oliveira, não há números precisos sobre o volume de medicamentos que perdem a validade anualmente no país, mas estima-se que pode chegar a 34 mil toneladas. Corrigir essa imprecisão é fundamental, segundo ele, para dimensionar os custos da chamada logística reversa.



Anibal (3º à esq.) conduz debate na Semana de Vigilância Sanitária no Congresso

Esse sistema delega ao consumidor a tarefa de levar os materiais inservíveis a pontos específicos de coleta para, a partir daí, comerciantes, distribuidores, fabricantes e importadores providenciarem seu descarte seguro.

A Lei 12.305/10, que regulou a Política Nacional de Resíduos Sólidos, não incluiu os remédios entre os produtos submetidos à logística reversa. Apesar disso, governo, indústria, atacadistas e varejistas buscam uma solução.

A expectativa é de que um acordo setorial seja fechado até o início de 2013. Paralelamente, vêm ocorrendo experiências esparsas de recolhimento e destinação final de remédios vencidos, concentradas nas regiões Sul e Sudeste.

Segundo o presidente executivo da Associação Brasileira de Redes de Farmácia e Drogarias (Abrafarma), Sérgio Mena Barreto, três desafios se impõem à estruturação da logística reversa para o setor: o alto custo do sistema, as dimensões continentais do país e o conflito sobre a responsabilidade da destinação final.

— Já vimos farmácia enterrando medicamento vencido na beira de um rio em São Paulo — disse.

## Representante da indústria sugere divisão de custos

No debate da CMA, o presidente do Conselho Consultivo da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma), Jorge Raimundo, avaliou a inserção do poder público no esquema de responsabilidade compartilhada com consumidores, farmácias e fabricantes para o descarte adequado de remédios.

Ele disse que é possível encontrar uma solução para o alto custo do sistema de logística reversa e questionou sobre a possibilidade de subsídio ao setor.

— Gostaríamos de fazer uma campanha com a divisão de custos entre todos os envolvidos na cadeia.

Anibal Diniz (PT-AC), na presidência dos trabalhos,

### Dose para gigante

Tamanho do país e distribuição das farmácias no território encarecem a logística reversa

	INDEPENDENTES	ABRAFARMA
Número de farmácias	53 mil	12 mil
Participação no mercado	25%	75%
		Presentes em apenas 150 dos cerca de 5.500 municípios

elogiou a responsabilidade social demonstrada pela cadeia produtiva de medicamentos que, mesmo sem

determinação legal, está disposta a viabilizar o descarte do material vencido com segurança.

## Liberar bebidas na Copa é incoerência, afirma Mozarildo

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) classificou como “incoerência” o fato de a Lei Geral da Copa, aprovada quarta-feira pelo Senado, permitir a venda de bebidas alcoólicas nos estádios durante a Copa do Mundo de 2014. O senador lembrou que a prática é proibida pelo Estatuto do Torcedor.

Ele disse que tramita no Congresso Nacional projeto que torna mais rígida a Lei Seca, de âmbito nacional, mas, mesmo assim, o próprio Congresso aprovou a Lei Geral da Copa, que dá liberdade aos governos estaduais permitirem o comércio de bebidas alcoólicas nos jogos.

— No período tal pode se cometer tal infração. Fora desse período, não. Isso realmente é uma incoerência.

Mozarildo ressaltou o crescente número de acidentes de trânsito causados por motoristas embriagados.

Em aparte, Ana Amélia (PP-RS) disse que também era contra liberar, mas cedeu devido ao acordo firmado pelo presidente da República, em 2007, com a Fifa.



Senador lembra que o Estatuto do Torcedor proíbe a venda de bebidas

## Diretor diz que Anvisa precisa de mais estrutura e funcionários

Como parte da 1ª Semana de Vigilância Sanitária no Congresso, o diretor-presidente da Anvisa, Dirceu Barbano, esteve ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde afirmou que o orçamento do órgão para este ano é de R\$ 728 milhões e que a agência precisa ampliar sua estrutura para atender às demandas.

— Só a área de medicamentos da agência dos Estados Unidos [US Food & Drug Administration — FDA] conta com 3.800 servidores, enquanto a nossa possui 180 — disse.

Barbano destacou a participação na campanha do Ministério da Saúde pela redução do teor de sódio nos alimentos. Ele lembrou que a Anvisa criou regras para as comunidades terapêuticas que tratam de dependentes químicos e para o repasse de verbas públicas a

elas (RDC 29/11). Outra ação foi a proibição do comércio de inibidores de apetite à base de anfepramona, femproporex e mazindol, devido a potenciais



Barbano (E) fala à CAS ao lado do presidente da comissão, Jaime Campos, e de um dos diretores da Anvisa, José Agenor Álvares

riscos à saúde. Os medicamentos com sibutramina devem ser monitorados por um ano para avaliação de seus resultados e efeitos colaterais.

Barbano ainda assinalou que os dados sobre inspeções da Anvisa em cruzeiros marítimos estão disponíveis em <http://bit.ly/temporadaCruzeiros>.

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**1º vice-presidente:** Marta Suplicy

**2º vice-presidente:** Waldemir Moka

**1º secretário:** Cícero Lucena

**2º secretário:** João Ribeiro

**3º secretário:** João Vicente Claudino

**4º secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.gov.br/noticias](http://www.senado.gov.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burl

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

**Reportagem:** Cíntia Sasse

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Ministro das Relações Exteriores afirmou em audiência pública que Brasil exercerá liderança na conferência mostrando seus avanços em questões de sustentabilidade e que 116 líderes já confirmaram presença



Mozarildo, Luiz Henrique, Cristovam, Dornelles e Suplicy durante sessão da Comissão de Relações Exteriores

## Prever fiasco da Rio+20 é cair em armadilha, diz Patriota

O MINISTRO DAS Relações Exteriores, Antonio Patriota, admitiu ontem a existência de certo ceticismo em relação aos resultados que poderão ser alcançados na Rio+20, conferência internacional sobre desenvolvimento sustentável que será realizada no mês que vem, no Rio.

Patriota, no entanto, pediu que não se “caia na armadilha de aceitar conceitos pré-fabricados de êxito ou fracasso” em relação à Rio+20.

— Concordo que existe certo ceticismo sobre a nossa possibilidade de avançar em direção a novas utopias. Isso pode ser saudável. O importante é ter em mente qual é a proposta da Rio+20, em que o Brasil exercerá liderança pelo exemplo — afirmou.

O ministro falou durante uma audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado.

Ele confirmou a presença na Rio+20 de 116 chefes de Estado — número superior ao da conferência Rio-92, realizada 20 anos atrás.

Ao contrário da Rio-92, que o ministro chamou de “ponto de chegada” de negociações de acordos internacionais, a Rio+20 tem, em sua opinião, a proposta de ser um “ponto de partida” para a reflexão sobre

o que se conseguiu ou não em relação ao meio ambiente nas últimas décadas.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu ao ministro que defenda as conquistas obtidas em 1992 e sugeriu à presidente Dilma Rousseff que abra a nova conferência com o alerta de que “a humanidade está em risco”.

A audiência foi realizada por sugestão do presidente da Comissão de Relações Exteriores, senador Fernando Collor (PTB-AL).

Collor anunciou a presença na Rio+20 dos presidentes recém-eleitos da Rússia e da França, respectivamente Vladi-

mir Putin e François Hollande.

Ele lamentou a ausência de uma delegação do Parlamento Europeu, em função dos altos custos das diárias cobradas pelos hotéis cariocas.

Ao final do encontro, a comissão aprovou requerimento do senador Luiz Henrique (PMDB-SC) destinado a solicitar ao prefeito do Rio, Eduardo Paes, que pressione a rede hoteleira pela redução dos valores das diárias.

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) absteve-se de votar, por considerar que seria uma “intervenção indevida” numa questão privada, relativa à lei da oferta e da procura.

### Para ministro, Brasil ganha com mundo cada vez mais multipolar

Antonio Patriota disse que a ordem internacional está “cada vez mais multipolar”. Essa tendência se torna mais clara, a seu ver, quando se percebe que nenhum país consegue sozinho “pautar a ordem internacional” sem a cooperação de outras nações.

— Essa é uma situação potencialmente interessante para o Brasil, que emerge pela primeira vez como

um país de influência verdadeiramente global. Vejo o Brasil bem posicionado para trabalhar por uma multipolaridade de cooperação.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu ao ministro que o governo brasileiro se empenhe na busca de uma solução para o embargo econômico promovido há mais de 50 anos pelos Estados Unidos contra Cuba.

### Luiz Henrique diz que texto do Código Florestal precisa de “cirurgia”



Luiz Henrique (PMDB-SC) defendeu o restabelecimento do texto do projeto do novo Código Florestal aprovado no Senado. Para ele, o texto aprovado pela Câmara dos Deputados é “uma peça afetada por doença grave, que precisa de remédios excepcionais e cirurgias eficientes”.

— Se o conjunto de palavras que compõem esse projeto fosse uma floresta, operou-se na Câmara um grande desmatamento. Dos 78 dispositivos que aprovamos, foram suprimidos 23.

### Moka defende veto parcial e nova lei que preencha lacunas



Waldemir Moka (PMDB-MS) se disse contrário ao veto total do projeto do Código Florestal recém-aprovado pela Câmara. Para ele, o ideal seria que a presidente Dilma Rousseff vetasse parcialmente o texto e que as lacunas fossem supridas por outro projeto.

— É preciso, mais do que nunca, um grande acordo, um grande entendimento entre a Câmara, o Senado e o governo.

A Câmara, em sua opinião, deveria fazer uma autocritica e reconhecer que o texto não conseguiu atingir os objetivos.

### Paim critica mudanças da Câmara no projeto que saiu do Senado

Paulo Paim (PT-RS) manifestou apoio ao movimento da sociedade civil que defende o veto ao novo Código Florestal aprovado pela Câmara. O senador afirmou que o texto do Senado foi resultado de amplo debate e acordo. Mesmo assim, afirmou, os deputados federais promoveram mais de 30 mudanças no texto.

— Acordo feito por deputados, senadores, sociedade civil e o Executivo foi totalmente alterado na Câmara.

Paim também registrou ter sido contra a liberação da venda de bebidas alcoólicas nos jogos da Copa do Mundo de 2014, possibilidade prevista no projeto da Lei Geral da Copa.

## Produtores querem limites em royalty de semente transgênica

Em debate ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), produtores de soja e sementes defenderam regras mais claras para a cobrança de royalties de sementes transgênicas (geneticamente modificadas).

Segundo Glauber Silveira da Silva, presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja, os royalties são cobrados na compra da semente geneticamente modificada e também na entrega da colheita, havendo “confisco” de parte da produção.

— As empresas auditam e fiscalizam a cobrança de royalties — protestou, defendendo a uniformização do processo de remuneração dos detentores de patentes de sementes.

O presidente da Associação dos Produtores de Sementes de Mato Grosso, Pierre Marie Jean Patriat, apontou o domínio que as empresas de transgênicos exercem sobre os produtores.

Em 2005, um quarto da soja produzida no Brasil era transgênica. Hoje, 82% da soja brasileira já é geneticamente modificada.

O Brasil é o segundo país no uso de sementes transgênicas, atrás só dos Estados Unidos.

Ivo Carraro, diretor da Associação Brasileira de Sementes e Mudas, disse que há liberdade de mercado, tendo o produtor amplo direito de escolha. Essa afirmação foi rebatida pelo senador Blairo Maggi (PR-MT).

— O mercado não é tão livre assim — disse o senador,

que defende o pagamento de royalties, mas “de forma justa”.

Ele propôs a revalidação das patentes para avaliar se a tecnologia oferecida continua viável, justificando a remuneração de seus detentores.

### Fundo

Para desonerar os produtores, Ireneu Orth, presidente da Associação dos Produtores de Soja do Rio Grande do Sul, sugeriu a criação de fundos que remunerem detentores de patentes, pesquisadores e produtores de sementes. Seria um fundo para cada uma das commodities, abastecido por 0,5% do valor obtido na comercialização e administrado por representantes do governo e de entidades nacionais representativas de cada cultura.

A medida tem o objetivo de evitar conflitos judiciais como o relatado pelo presidente da CRA, Acir Gurgacz (PDT-RO), entre a empresa Monsanto e produtores do Rio Grande do Sul, onde a Justiça considerou abusiva a cobrança da taxa tecnológica sobre a comercialização da soja transgênica.

Os participantes da audiência pública foram unânimes na defesa da pesquisa nacional em biotecnologia como condição para o país competir com as multinacionais.

Na opinião de Blairo Maggi, o governo deve reforçar o orçamento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), responsável pelo conhecimento necessário ao avanço do agronegócio brasileiro. A senadora Kátia Abreu (PSD-TO) concordou.



Debatadores em audiência sobre cobrança de royalties na agricultura

## Suplicy critica texto aprovado e diz que veto parcial de Dilma seria “coerência política”

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que a presidente Dilma Rousseff encontrará uma solução para o novo Código Florestal, aprovado pela Câmara, segundo ele, “com diversas impropriedades”. A versão final, disse, prejudica o ambiente e estimula o desmate.

— A presidente dará uma



resposta à altura dos compromissos nacionais e internacionais assumidos e das conquistas ambientais, como a redução do desmatamento.

Em sua visão, o veto parcial pode ser uma demonstração da coerência política da presidente e do respeito a todo o esforço feito no Senado.

Legislação anacrônica para o setor não é capaz de acompanhar a transformação de uma atividade extremamente moderna e dinâmica, segundo presidente da subcomissão temporária, Vicentinho Alves



Lúcia Vânia e Vicentinho Alves participam da reunião em que foi apresentado um balanço das atividades da subcomissão

## Senadores propõem novo marco para a aviação civil

UM NOVO MARCO regulatório para a aviação civil foi defendido ontem por senadores na reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). O debate foi motivado pela apresentação de um balanço das atividades da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil. A reunião foi presidida por Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Vicentinho Alves (PR-TO), presidente da subcomissão, disse que a atividade é extremamente moderna e dinâmica, mas tem marco regulatório anacrônico — o Código Brasileiro de Aeronáutica, por exemplo, é de 1986 — e incapaz de acompanhar “uma verdadeira transformação”.

Delcídio do Amaral (PT-MS) pediu cautela no exame de projetos que tratam da jornada de trabalho dos aeronautas.

— Precisamos olhar isso aí com muito cuidado, porque a

aviação é uma indústria séria, que exige qualificação, que exige o descanso necessário para o bom desempenho dessas atividades — recomendou.

O senador manifestou sua esperança de que o Senado se some a esse esforço de tornar a aviação civil brasileira competente: “Que tenha condição de concorrer, com eficiência, com tarifas adequadas, e ao mesmo tempo também prestando um bom serviço”. Ele cobrou também incentivo à aviação regional, com a criação de mecanismos necessários ao reaparecimento de polos que exercem essa atividade.

Jayme Campos (DEM-MT) também defendeu estímulo à aviação regional e pediu a participação da Infraero nas discussões. Ele questionou o alto preço cobrado pela Petrobras no fornecimento de combustíveis para aeronaves.

Vicentinho disse que, no Brasil, uma empresa internacional tem combustível mais barato do que a empresa que faz rotas nacionais.

— É o mesmo combustível, e nós precisamos apresentar, através desta subcomissão e da comissão [de Serviços de Infraestrutura], uma legislação no sentido de avançar para igualar [as condições de competição] — afirmou.

O presidente da subcomissão informou que, das 20 audiências públicas aprovadas pela subcomissão, oito já foram realizadas. Segundo ele, os debates têm-se mostrado qualificados, “abordando com profundidade os problemas da aviação civil no país”. Dessa discussão, acrescentou, têm surgido diagnósticos e propostas que contemplam a atualização e o aprimoramento da legislação.

### Eunício destaca investimentos de R\$ 5 bi no Ceará



O Ceará será beneficiado em 2012 com obras e investimentos da ordem de R\$ 5 bilhões, segundo Eunício Oliveira (PMDB-CE). Na próxima segunda-feira, exemplificou, será inaugurado em Fortaleza o Residencial Rachel de Queiroz. O senador acrescentou que em breve serão iniciadas as obras do Hospital e Maternidade Regional do Sertão Central, com 252 leitos e que atenderá mais de 600 mil habitantes. Serão construídos este ano 18 centros odontológicos e 48 unidades de pronto atendimento 24 horas. A região de Fortaleza também será beneficiada com investimentos, disse o parlamentar.

### Para Delcídio, Brasil precisa debater custo da energia



Delcídio do Amaral (PT-MS) afirmou que o preço da energia precisa ser reduzido e o momento certo está se desenhando com o processo de renovação das concessões de energia. Ele defende a eliminação da cobrança de PIS-Pasep, da Cofins e da Reserva Global de Reversão, para baratear custos.

Para o senador, também deve ser debatida a opção brasileira pelas usinas hidrelétricas a fio d’água, sem bacia de acumulação, aliadas a usinas eólicas, de acordo com os novos leilões de energia A-5. Nesse formato a fio d’água, não há acúmulo para usar a reserva quando vier a estiagem.

### Sérgio Souza pede redução dos juros ao agronegócio



Sérgio Souza (PMDB-PR) defendeu em discurso na quarta-feira a redução dos juros cobrados do agronegócio. Ele disse que várias taxas de juros vêm sendo reduzidas “de forma drástica” no país, mas que tal redução não ocorre na agricultura.

— Pedimos ao governo federal que a taxa, atualmente em 6,75%, caia em pelo menos um ponto porcentual.

Ao ressaltar a importância do setor, o senador observou que, enquanto o produto interno bruto (PIB) do país cresceu 2,73% no ano passado, o do agronegócio se expandiu em 5,7%.

## Dornelles defende projeto para modernizar FPE

Francisco Dornelles (PP-RJ) defendeu ontem a aprovação de proposta de sua autoria que regulamenta a distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE). O Projeto de Lei do Senado (PLS) 100/12 — Complementar estabelece que a distribuição deverá considerar a arrecadação dos impostos federais gerada em cada estado; a população e a superfície territorial; e a redistribuição de renda em favor dos estados de menor renda por habitante.

— É proposta uma fórmula simples, em que cada objetivo está associado a um critério de rateio — disse.

Pelo critério da participação, 10% devem ser destinados aos estados considerando as proporções da arrecadação dos impostos federais que



Com a proposta, senador pretende contemplar todos os estados

compõem o FPE — IR e IPI — realizada em seus territórios. Pelo critério da distribuição proporcional, 5% deverá levar em consideração a superfície territorial e 15% a população de cada estado. Os outros 70% seguirão o critério da redistribuição, de forma inversamente proporcional ao produto interno bruto (PIB) por habitante de cada estado. Ou seja, quanto menos produzir, maior repasse o estado receberá do FPE.

### Garibaldi Alves sugere medidas contra a seca

Medidas urgentes, com sintonia entre os governos federal e estaduais, foram



defendidas ontem por Garibaldi Alves (PMDB-RN) para enfrentar a seca no Rio Grande do Norte e nos demais estados do Nordeste.

O senador sugeriu a liberação de recursos orçamentários por ministérios, atendimento rápido às emendas parlamentares para o setor rural, busca de solução para as dívidas rurais, fortalecimento dos estoques de grãos e rações animais e apoio para pesquisas e combate às pragas que atingem o semiárido.

### Vanessa elogia crédito para áreas de enchentes

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comemorou ontem a criação de uma linha especial de



crédito para atender agricultores prejudicados pelas cheias na região Norte. O anúncio foi feito de manhã, em Manaus, pelo ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra.

— Os produtores rurais sofrem um problema a mais, porque além da invasão de suas casas pela água, eles perdem sua produção e, portanto, a capacidade de sustento da sua família em um período que vai de seis meses a um ano.

O total dos empréstimos pode chegar a R\$ 350 milhões para pequenos agricultores.

## Anibal anuncia prêmio para a Prefeitura de Rio Branco

Anibal Diniz (PT-AC) anunciou que o prefeito de Rio Branco, Raimundo Angelim (PT), deverá se encontrar com a presidente da



República, Dilma Rousseff, até o fim do mês, para receber o Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), instituído pela ONU.

Segundo Anibal, é a segunda vez que Rio Branco conquista o prêmio. A escolha considera os resultados relativos às oito metas do milênio, que tratam da eliminação da fome; universalização

da educação básica; igualdade de gênero; redução da mortalidade infantil; saúde das gestantes, combate à Aids e outras doenças; respeito ao meio ambiente; e trabalho pelo desenvolvimento.

— É uma notícia que serve de inspiração para muitas administrações — disse.

Segundo o senador, a iniciativa premiada abrangeu projetos de hortas comunitárias e feiras de agricultura familiar, beneficiando famílias que viviam em situação de vulnerabilidade social e mulheres vítimas de violência.